

Por Márcia Alves

Diante da crise econômica e das mudanças nas regras da Previdência Social, o seguro de vida se torna um dos mais importantes instrumentos para proteger a família contra dificuldades econômicas em caso de morte ou de doença incapacitante de mantenedor da casa.

A escalada da inflação, a redução do poder de consumo e, ainda, as mudanças nas regras de aposentadoria estão aumentando a sensação de incerteza da população em relação ao futuro. Por isso, não resta dúvida que, em tempos de crise econômica, a palavra de ordem é planejar. E não se trata apenas de planejar os gastos ou investimentos, mas também de planejar o futuro, considerando a necessidade de proteção para riscos que possam interromper as metas ou, pior, eliminar qualquer chance de atingi-las.

Nesse contexto, o Seguro de Vida ou de Acidentes Pessoais surge como pilar do planejamento financeiro familiar. O atuário Dilmo Bantim Moreira, presidente do CVG-SP, eleva estes seguros à condição de salvaguarda da família, capazes de amenizar dificuldades econômicas em momentos especialmente difíceis como doença grave, invalidez e, principalmente, falecimento do responsável pela manutenção econômica do lar. Mas, ele esclarece que, ao contrário do que muitos imaginam, o objetivo de uma apólice de seguro de riscos pessoais não é resolver de forma definitiva os problemas ou necessidades financeiras de uma família.

“O objetivo é reequilibrar o orçamento afetado pela falta do seu provedor, possibilitando aos afetados – o próprio segurado ou seus beneficiários – desenvolver alternativas para seguir em frente”, diz. No jargão do setor, segundo Dilmo B. Moreira, o seguro seria o instrumento para “restabelecer o equilíbrio econômico perturbado”. Entre os exemplos de ruptura desse equilíbrio, ele cita a manutenção do padrão de vida da família, em caso de morte do segurado; a continuidade dos estudos de filhos menores, na falta de um ou ambos os pais; e o custeio de despesas em caso de incapacidade do segurado para o trabalho, provocada por acidente.

Um valor para cada momento

A necessidade de proteção do seguro varia de acordo com as fases de vida da pessoa. Para um jovem solteiro e sem dependentes, por exemplo, o risco de invalidez é maior do que risco de morte e, portanto, o seguro mais adequado é o de Acidentes Pessoais. Já no caso de um jovem casado, com filhos e que tenha o orçamento comprometido, por exemplo, pela prestação de um imóvel, os seguros de Acidentes Pessoais e de Vida seriam os mais apropriados para amparar a família em caso de incapacidade para o trabalho ou morte. Mas, além do produto de seguro certo para cada momento da vida, também é preciso definir o valor do capital segurado.

No planejamento financeiro familiar, a contratação destes seguros poderão até comprometer o objetivo de proteção se os valores dos capitais segurados não forem corretamente dimensionados. Embora não conste nas condições das apólices, a praxe do mercado é sugerir valores de capital considerando o período entre dois e cinco anos de redução da renda no orçamento familiar. “Este é o espaço de tempo que, geralmente, as famílias necessitam para se readequarem à nova realidade econômica do lar”, diz Dilmo B. Moreira.

Coincidentemente, três anos é também o período de tempo que o governo calculou como suficiente para que um beneficiário de 21 anos receba a pensão por morte de segurado da Previdência Social. Para acabar com a vitaliciedade para os viúvos considerados jovens, o governo mudou as regras de concessão para pensão por morte. Desde junho, apenas o cônjuge com mais de 44 anos terá direito à pensão vitalícia. Para o beneficiário abaixo dessa idade, o período de recebimento da pensão varia de três a 20 anos.

Segundo Dilmo B. Moreira, uma boa maneira para determinar o valor a ser contratado no seguro de Vida ou Acidentes Pessoais é pensar nas despesas que não poderão ser facilmente pagas no caso de incapacidade ou ausência do provedor da família. Ele cita, como exemplos, financiamentos, despesas com saúde e educação. “O valor da importância segurada pode ser ajustado às necessidades atuais do indivíduo em relação a riscos e ao orçamento”, diz.

Uma fórmula simples de cálculo é somar os rendimentos do provedor da família no período de um ano, descontando as despesas pessoais e multiplicando o resultado pelo número de anos que os dependentes precisam para se restabelecerem financeiramente. O presidente do CVG-SP lembra, ainda, que o seguro pode ser útil não apenas às famílias que necessitam de apoio financeiro, como também àquelas que já dispõem de boa situação patrimonial.

“Além da liquidez, o seguro de Vida é impenhorável e pode ser destinado, por exemplo, para suprir despesas de pendências financeiras, disputas judiciais e até mesmo ser contratado com a finalidade exclusiva de cobrir gastos com inventário e custos advocatícios”, diz.

Educação financeira

Dilmo B. Moreira observa, entretanto, que o uso do seguro como mecanismo social para proteger a família contra riscos futuros e incertos ainda requer maior educação financeira da população. Uma pesquisa divulgada recentemente pelo SPC Brasil mostra que 81% da população não têm praticamente nenhum conhecimento sobre educação financeira. O mais preocupante é que apenas 18% têm controle total do fluxo de receitas e despesas no orçamento pessoal; 71% têm conhecimento parcial; e outros 10% não sabem nada das próprias finanças.

Por isso, mais do que conscientizar a população sobre a necessidade de pensar o seguro de vida como parte importante do planejamento financeiro familiar, o presidente do CVG-SP considera importante inculcar a ideia de que a aquisição de uma apólice é mais do que uma mera transação comercial. “Trata-se de um ato de amor, tanto em benefício próprio como em proveito daqueles pelos quais trabalhamos e queremos ver abrigados, confortáveis e seguros”, diz.

Fonte: [CVG-SP](#), em 17.07.2017.